

SEGUNDO ADITIVO AO  
CONTRATO CELEBRADO  
ENTRE A CÂMARA DOS  
DEPUTADOS E A ELEVADORES  
ATLAS SCHINDLER S/A PARA  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE  
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E  
MANUTENÇÃO PREVENTIVA E  
CORRETIVA EM ELEVADORES  
E ESCADAS ROLANTES DA  
CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Aos vinte e dois do mês de janeiro de dois mil e sete, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o nº 00.530.352/0001-59, daqui por diante denominada CONTRATANTE, e neste ato representada por seu Diretor-Geral, o Senhor SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília-DF, e a ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A, situada na SIA/SUL Quadra 2, Trecho 3, nº 810, Brasília – DF, inscrita no CNPJ sob o nº 00.028.986-0006-12, daqui por diante denominada CONTRATADA, e neste ato representada por seu Procuradora, a Senhora ELISÂNGELA FREIRE DA CUNHA DE MATOS, brasileira, casada, residente e domiciliada em Brasília – DF, perante as testemunhas que este subscrevem, acordam em celebrar o presente Aditivo ao Contrato nº 2004.026.0, em conformidade com o processo em referência, com as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 21/06/93, daqui por diante denominada simplesmente LEI, no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa nº 80, de 07/06/01, publicado no D.O.U. de 05/07/01, doravante denominado simplesmente REGULAMENTO, e com o Edital da Tomada de Preços nº 42/03 e seus Anexos, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

O presente aditivo decorre da necessidade de prorrogação da vigência contratual pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir de 31/01/07, com amparo no artigo 57, inciso II da LEI, c/c o artigo 105, inciso II, do REGULAMENTO.

O contrato ora aditado, com sua numeração alterada para 2004/026.2, passa a vigorar com sua redação modificada nas seguintes cláusulas:

“ .....

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE**

O preço total estimado do presente Contrato é de **R\$ 104.323,92** (cento e quatro mil, trezentos e vinte e três reais e noventa e dois centavos), a ser pago em parcelas mensais no valor de R\$ 8.693,66 (oito mil, seiscentos e noventa e três reais e sessenta e seis centavos).

Parágrafo primeiro – O pagamento dos serviços executados pela CONTRATADA e aceitos definitivamente pela Câmara dos Deputados será efetuado em parcelas mensais, não se admitindo o pagamento antecipado sob qualquer pretexto.

Parágrafo segundo – O pagamento de cada parcela será feito por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA, em agência bancária indicada, mediante a apresentação, em duas vias, de nota fiscal/fatura discriminada, para atestação pelo órgão fiscalizador, acompanhadas da Certidão Negativa de Débito para com a Previdência Social – CND, e do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, ambos dentro dos prazos de validade neles expressos. A agência bancária e o número da conta deverão ser mencionados na nota fiscal/fatura.

Parágrafo terceiro – O pagamento será feito com prazo não superior a trinta dias, contado a partir do aceite definitivo do serviço e da comprovação da regularidade da documentação fiscal apresentada, prevalecendo a data que ocorrer por último.

Parágrafo quarto – Quando aplicável, o pagamento efetuado pela Câmara dos Deputados estará sujeito às retenções de que tratam o artigo 31 da Lei nº 8.212, de 1991, com a redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998, e o artigo 64 da Lei nº 9.430, de 1996, e demais dispositivos legais que obriguem a retenção de tributos.

Parágrafo quinto – Estando a CONTRATADA isenta das retenções referidas no parágrafo anterior, a comprovação deverá ser anexada à respectiva fatura.

Parágrafo sexto – Para liberação das faturas, a Câmara dos Deputados levará em consideração o cumprimento de todas as cláusulas contratuais.

Parágrafo sétimo – Será admitido o reajuste de preços, por índice devidamente comprovado, que reflita a variação ponderada dos custos dos insumos utilizados, após transcorridos períodos de 12 (doze) meses.

.....

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA**

Para segurança do cumprimento de suas obrigações, a CONTRATADA prestou garantia de **R\$ 3.129,72** (três mil, cento e vinte e nove reais e setenta e dois centavos), correspondente a três por cento do valor do contrato, em conformidade com o artigo 56 da LEI c/c o artigo 93 do REGULAMENTO, e previsto no item 9 do Edital da Tomada de Preços nº 42/03.

.....

### **CLÁUSULA OITAVA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A despesa com a execução do presente contrato, objeto da Nota de Empenho nº 2007NE000442, correrá a conta da seguinte classificação orçamentária:

- Programa de Trabalho:  
01.031.0553.4061.0001 – Processo Legislativo – Nacional
  - Natureza da Despesa:  
3.0.00.00 – Despesas Correntes  
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes  
3.3.90.00 – Aplicações Diretas  
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
- .....

### **CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO**

O presente Contrato terá vigência de 31/01/07 a 30/01/08, podendo ser prorrogado em conformidade com o disposto do artigo 57, inciso II, da LEI, c/c o artigo 105, inciso II, do REGULAMENTO.

Parágrafo único - O presente Contrato poderá ser rescindido nos termos das disposições contidas nos artigos 77 a 80 da LEI, correspondentes aos artigos 125 a 128 do REGULAMENTO.

”

.....

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições não alteradas expressamente por este Aditivo.

E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para um só efeito, com 4 (quatro) folhas cada, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Brasília, 22 de janeiro de 2007.

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA:

Sérgio Sampaio C. de Almeida  
Diretor-Geral  
CPF nº 358.677.601-20

Elisângela Freire da Cunha de Matos  
Procuradora  
CPF nº 620.055.451-04

Testemunhas: 1) \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_

CCONT/CT/LF